



**PC MG**  
*Investigador de Polícia I*

## **LÍNGUA PORTUGUESA**

EXERCÍCIOS .....	1
GABARITO .....	13

## **RACIOCÍNIO LÓGICO-MATEMÁTICO**

EXERCÍCIOS .....	1
GABARITO .....	16

## **INFORMÁTICA BÁSICA**

EXERCÍCIOS .....	1
GABARITO .....	15

## **NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO**

EXERCÍCIOS .....	1
GABARITO .....	19

## **NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL**

EXERCÍCIOS .....	1
GABARITO .....	18

## **NOÇÕES DE DIREITO PENAL**

EXERCÍCIOS .....	1
GABARITO .....	18



## NOÇÕES DE DIREITO PROCESSUAL PENAL

EXERCÍCIOS .....	1
GABARITO .....	16

## NOÇÕES DE DIREITOS HUMANOS

EXERCÍCIOS .....	1
GABARITO .....	20

## NOÇÕES DE MEDICINA LEGAL

EXERCÍCIOS .....	1
GABARITO .....	15

## NOÇÕES DE CRIMINOLOGIA

EXERCÍCIOS .....	1
GABARITO .....	18

## LEI ORGÂNICA DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

EXERCÍCIOS .....	1
GABARITO .....	3

## LEGISLAÇÃO PENAL E PROCESSUAL EXTRAVAGANTE

EXERCÍCIOS .....	1
GABARITO .....	18

## LEGISLAÇÃO EXTRAVAGANTE

EXERCÍCIOS .....	1
GABARITO .....	18

**1. (2024)**

Muitas formas de superlativo de adjetivos se utilizam de radicais latinos, daí que mostrem diferenças em relação ao radical do adjetivo atual. Assinale o superlativo abaixo que utiliza o radical atual do adjetivo.

- (A) Todas as coisas que hoje se creem antiquíssimas já foram novas.
- (B) Nessa época todos os morros da região estavam com seus cimos congeladíssimos.
- (C) Hoje em dia, notam-se pessoas paupérrimas andando pelas ruas de bairros chiques.
- (D) Por causa da doença, o senador voltou ao Congresso magérrimo, com as feições abatidas.
- (E) Com as demolições, todo o chão estava coberto de escombros, aspérrimo e muito sujo.

**2. (2024)**

Muitas palavras portuguesas mostram o prefixo A- sem qualquer valor semântico, sendo equivalentes ao mesmo vocábulo sem esse prefixo. Assinale a palavra abaixo que exemplifica esse A protético:

- (A) Alargar.
- (B) Assaltar.
- (C) Atacar.
- (D) Apanhar.
- (E) Avoar.

**3. (2024)**

Em todas as frases abaixo há um termo sublinhado, composto da preposição DE + substantivo; assinale a frase em que esse termo **não** pode ser substituído adequadamente por um adjetivo.

- (A) Nada chegará ao fundo da risada de uma criança. / infantil.
- (B) O suco de garrafa parece menos gostoso. / engarrafado.
- (C) O teclado do computador é logicamente organizado. / computacional.
- (D) Os solos do deserto são áridos. / desérticos.
- (E) As vestes do bispo são elegantes. / episcopais.

**4. (2024)**

Assinale a frase em que a forma verbal está correta.

- (A) O deputado reveu todo o texto do projeto.
- (B) Os seguranças se enterteram com as crianças.



## Raciocínio lógico-matemático

**1. (2024)**

Em um depósito havia 12 caixotes. Substituiu-se um deles por um caixote de 17kg e, com isso, a média dos pesos de todos os caixotes diminuiu em 2kg.

O peso do caixote retirado era de

- (A) 33kg.
- (B) 35kg.
- (C) 37kg.
- (D) 39kg.
- (E) 41kg.

**2. (2024)**

O professor calculou a média das notas de 9 alunos numa prova e obteve 5,5. Notou então que faltou avaliar uma prova de um décimo aluno, corrigiu a referida prova e deu nota 8,5 a ela. A nova média, agora dos dez alunos, foi então igual a

- (A) 5,6
- (B) 5,7
- (C) 5,8
- (D) 5,85
- (E) 5,9

**3. (2024)**

Segundo dados do IBGE, o IPCA mensal registrou os seguintes valores entre janeiro e julho de 2023 (em %):

jan/23	0,53
fev/23	0,84
mar/23	0,71
abr/23	0,61
mai/23	0,23
jun/23	-0,08
jul/23	0,12

Considerando esse período, a mediana e a amplitude (em %) foram iguais, respectivamente, a

- (A) 0,42 e 0,76.
- (B) 0,53 e 0,76.

**1. (2024)**

No contexto do funcionamento básico de um computador e seus componentes principais, assinale a afirmativa correta.

- (A) A memória RAM é uma forma de armazenamento não volátil, que mantém os dados permanentemente, mesmo sem alimentação elétrica.
- (B) O disco rígido (HDD) ou a unidade de estado sólido (SSD) são exemplos de dispositivos de armazenamento onde o sistema operacional, programas e dados do usuário são armazenados de forma permanente.
- (C) Uma GPU (Unidade de Processamento Gráfico) é utilizada exclusivamente para renderizar gráficos em jogos e não tem impacto no desempenho em outras aplicações.
- (D) O sistema operacional é armazenado temporariamente na memória RAM durante a inicialização do computador e é transferido para o disco rígido ou SSD após o desligamento, para garantir a persistência dos dados.
- (E) A CPU (Unidade Central de Processamento) não influencia diretamente o desempenho de tarefas computacionais, sendo sua principal função a gestão da entrada e saída de dados nos dispositivos periféricos.

**2. (2024)**

Um dos principais tipos de dispositivos de armazenamento de dados são os discos rígidos ou HD's. Entre os discos abaixo, instalados em um computador e com a informação de seus respectivos espaços disponíveis, aquele que apresenta maior espaço para armazenamento disponível no momento é o

- (A) disco A: 2 TB.
- (B) disco B: 2 MB.
- (C) disco C: 5 GB.
- (D) disco D: 3 KB.
- (E) disco E: 100 B.

**3. (2021)**

Nas vendas do varejo, o termo *impressora multifuncional* refere-se aos equipamentos que, além de imprimir, permitem

- (A) copiar e ler códigos de barras.
- (B) escanear e copiar documentos.
- (C) escanear e ler códigos de barras.
- (D) comunicação remota por meio de Wi-Fi.
- (E) operar com múltiplos graus de resolução.

**1. (2022)**

A doutrina de Direito Administrativo ensina que competência administrativa é a atribuição normativa da legitimação para a prática de um ato administrativo.

Nesse contexto, em matéria de competência administrativa, é **correto** afirmar que:

- (A) as matérias de competência exclusiva do órgão ou autoridade podem ser objeto de delegação;
- (B) a prescritibilidade e a prorrogabilidade são características desse tipo de competência;
- (C) a avocação e a delegação de competência não podem ser revogadas transcorrido o prazo de cento e vinte dias;
- (D) a delegação de competência é vedada, exceto quando se tratar de edição de atos normativos e decisão de recursos hierárquicos;
- (E) a delegação de competência, ato discricionário, pode ser revogada a qualquer tempo e não implica renúncia de competência.

**2. (2024)**

Ao realizar a atividade de controle administrativo, a autoridade competente observou as seguintes situações:

I. a sociedade Alfa após obter o regular deferimento de certo ato administrativo praticou infração que deve importar em sua extinção;

II certo ato discricionário regularmente deferido à sociedade Beta, sem vícios, não mais atende ao interesse público;

III determinado ato vinculado deferido em benefício da sociedade Ômega possui vício sanável de competência.

Aponte a opção que correlaciona adequadamente a situação descrita à providência a ser adotada pela Administração Pública.

- (A) I-cassação; II-revogação; III-convalidação.
- (B) I-anulação; II-revogação; III-anulação.
- (C) I-revogação; II-anulação; III-convalidação.
- (D) I-cassação; II-anulação; III-revogação.
- (E) I-anulação; II-convalidação; III-revogação.

**3. (2023)**

Autoridades competentes da União verificaram que determinado ato administrativo discricionário foi regularmente deferido com base na legislação então vigente, de modo que não possuía qualquer vício, mas que a superveniência de lei fez com que ele se tornasse incompatível com o ordenamento jurídico.

Nesse caso, é correto afirmar que tal situação deveria ensejar a



### 1. FGV - 2023

Após amplas negociações, a República Federativa do Brasil, por meio do órgão competente do Poder Executivo federal, celebrou tratado bilateral com o País Alfa. Nesse tratado, foi previsto amplo intercâmbio de tecnologias; tratamento diferenciado, em termos migratórios, em relação aos nacionais dos respectivos países; a realização de financiamentos, por instituição financeira brasileira, de projetos de interesse comum; o recebimento de estudantes, profissionais liberais e servidores públicos para a realização de palestras e oficinas de discussão, de modo a ampliar a colaboração entre as respectivas sociedades. Apesar de muito comemorada por alguns setores nacionais, a medida foi duramente criticada por diversos outros, já que Alfa se notabilizara, nas relações internacionais, por segregar uma maioria étnica, formada por seus nacionais, que tem seus direitos civis restringidos e não pode participar da vida política.

À luz da sistemática estabelecida na Constituição da República, é correto afirmar, em relação ao referido tratado bilateral, que

- (A) o ajuste, pelo seu objeto, se compatibiliza com o objetivo de cooperação entre os povos para o progresso da humanidade, estando plenamente ajustado à ordem constitucional.
- (B) a política externa brasileira não pode compactuar com a forma como o País Alfa trata os seus nacionais, de modo que a celebração do ajuste afronta diretamente a ordem constitucional.
- (C) estará em total harmonia com a ordem constitucional, desde que seja ratificado pelo Congresso Nacional, por se mostrar gravoso ao patrimônio nacional, não exigindo sanção do Presidente da República.
- (D) por se tratar de um “tratado-quadro”, não depende de ratificação pelo Congresso Nacional para que se ajuste à ordem constitucional, ressalvado apenas o ato de transferência de recursos financeiros.
- (E) as relações dos Estados com os seus nacionais estão absorvidas pelo domínio reservado de jurisdição interna, se enquadrando na autodeterminação dos povos, o que impede qualquer juízo de valor quanto à política interna de Alfa.

### 2. FGV - 2024

Em relação aos Direitos Fundamentais, analise as assertivas a seguir.

I. Na Constituição brasileira, as matrizes dos direitos fundamentais são vida, liberdade, igualdade, segurança e propriedade.

II. Direitos fundamentais constituem uma reserva mínima de justiça que as democracias devem assegurar a todos os seus cidadãos.

III. Quando ocorre uma colisão de direitos fundamentais, a solução do problema não poderá se dar mediante subsunção, sendo necessário o uso da técnica da ponderação.

Está **correto** o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.



**1. (2024)**

Relacione o princípio com a afirmativa com ele compatível:

- 1- Princípio da legalidade
- 2- Princípio da intervenção mínima
- 3- Princípio da culpabilidade
- 4- Princípio da humanidade

( ) Este princípio também é chamado de ultima ratio, implica na limitação do poder punitivo do Estado, segundo o qual a criminalização de uma conduta só se legitima se constituir meio necessário para a proteção de um determinado bem jurídico.

- ( ) De acordo com este princípio, é vedada a responsabilidade objetiva no direito penal.
- ( ) A ninguém pode ser imposta uma pena que não esteja prevista em lei.
- ( ) São vedadas penas que violem a dignidade humana.

Assinale a opção que indica a relação correta, na ordem apresentada.

- (A) 1 – 2 – 3 – 4.
- (B) 4 – 3 – 2 – 1.
- (C) 2 – 3 – 4 – 1.
- (D) 3 – 2 – 1 – 4.
- (E) 2 – 3 – 1 – 4.

**2. (2024)**

No tocante às normas gerais do Direito Penal, analise as afirmações a seguir.

I. A pena cumprida no estrangeiro não atenua a pena imposta no Brasil pelo mesmo crime, quando diversas, ou nela é computada, quando idênticas.

II. Considera-se praticado o crime no momento da ação ou omissão, mesmo que outro seja o momento do resultado.

III. Ninguém pode ser punido por fato que lei posterior deixa de considerar crime, não cessando, porém, em virtude dela a execução e os efeitos penais da sentença condenatória.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, II e III.
- (B) II, apenas.
- (C) I e II, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, apenas.





## Noções De Direito Processual Penal

### 1. (2024)

*“Devido à disputa entre as autoridades do Rio de Janeiro e de Vila Rica pela competência para julgar os sediciosos, a rainha, D. Maria I, determinou, através da Carta Régia de 17.07.1790, a composição de uma Alçada, na qual Desembargadores de Lisboa eram os responsáveis pelo julgamento. Após a oitiva dos vinte e nove réus, seguiu-se o prazo de cinco dias para defesa.*

*Os réus argumentaram que não cometeram crime algum, porquanto o movimento fora abortado, ainda em seu início, com a suspensão da Derrama. Apesar disso em 18 de abril de 1792, foi publicada a sentença pela Alçada, condenando onze réus à morte (na prática dez, porque Cláudio Manuel da Costa se “suicidara” no cárcere), e outros participantes receberam penas menores como açoites e o degredo eterno.”*

*(A sentença condenatória de Tiradentes e a construção do mito. Ensaio elaborado por Andréa Vanessa da Costa Val, Assessora da Memória do Judiciário Mineiro, e por Carine Kely Rocha Viana, sob a supervisão do Superintendente, Desembargador Hélio Costa. Jurisp. Mineira, Belo Horizonte, a. 59, nº 187, p. 13-18, out./dez. 2008)*

Sobre os sistemas processuais penais e os princípios do processo penal no âmbito do processo mencionado pelo texto (julgamento de Tiradentes), é correto afirmar que o sistema processual então vigente apresentava traços mais característicos do sistema

- (A) inquisitivo, e o princípio do juiz natural não foi observado, o que se extrai claramente do texto apresentado.
- (B) acusatório, e o princípio da ampla defesa não foi observado, o que se pode inferir do texto apresentado.
- (C) misto, e os princípios fundamentais do processo penal foram observados, o que se extrai claramente do texto apresentado.
- (D) inquisitivo, e não é possível, pelo texto, observar o malferimento de princípios fundamentais do processo penal.
- (E) acusatório, e é possível, pelo texto, observar o malferimento de princípios fundamentais do processo penal.

### 2. (2024)

João ingressou com uma queixa-crime, no contexto das ações penais de iniciativa privada, em face de Jonatas, ao argumento de que o último o teria injuriado. Nada obstante, no curso da persecução penal em juízo, João perdoou o querelado, com a aceitação do último. Com efeito, houve a extinção de punibilidade e o encerramento do processo.

Nesse cenário, considerando o entendimento doutrinário e jurisprudencial dominantes, é correto afirmar que o perdão de João, no curso da relação processual, é uma manifestação do princípio da

- (A) oportunidade ou conveniência da ação penal de iniciativa privada.
- (B) transcendência da ação penal de iniciativa privada.
- (C) disponibilidade da ação penal de iniciativa privada.
- (D) divisibilidade da ação penal de iniciativa privada.
- (E) oficialidade da ação penal de iniciativa privada.

**1. FGV - 2023**

João, particular, pretende organizar um torneio de pesca amadora, de forma a unir a população do pequeno município onde reside, criando, assim, um senso mais apurado de comunidade, estreitando laços. Observadas as formalidades legais, João obtém a aquiescência da Administração Pública para a realização do evento. Nesse cenário, considerando as disposições da Lei nº 11.959/09, é correto afirmar que foi editado um ato administrativo de

- (A) autorização.
- (B) concessão.
- (C) permissão.
- (D) licença.
- (E) cessão.

**2. FGV - 2022**

O texto A Pesca no Brasil, do Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), afirma o seguinte:

*“A pesca é a atividade comercial praticada ao longo de todo o litoral brasileiro, que se estende por mais de 8.500 km de costa, apresentando, portanto, elevada importância social e econômica para enorme contingente de trabalhadores das regiões. A atividade pesqueira é regida pela Lei nº 11.959/2009 que dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca. De acordo com o a Medida Provisória nº 870/2019, no Art. 21, inciso III, e com o Decreto nº 9.667/2019, compete ao MAPA por meio da Secretaria da Aquicultura e Pesca tratar da política nacional pesqueira e aquícola, inclusive a gestão do uso dos recursos e dos licenciamentos, das permissões, dos registros e das autorizações para o exercício da aquicultura e da pesca. Além disso, o referido decreto destaca a competência do Ministério em relação à pesquisa, ao cooperativismo e associativismo e às negociações internacionais em aquicultura e na pesca.”*

Confrontando esse texto com a Política Nacional de Aquicultura e Pesca, assinale a afirmativa correta.

- (A) As medidas provisórias posteriores eliminaram os dispositivos relativos à sustentabilidade da atividade pesqueira.
- (B) A atividade de pesca artesanal, por sua natureza não comercial, está excluída da definição de atividade pesqueira
- (C) A pesca amadora comercial é tratada como equivalente à pesca artesanal.
- (D) O texto está em contradição com a definição de classificação da atividade de pesca da Lei nº 11.959/2009.
- (E) O Art. 4º da Lei nº 11.959/2009, que define a atividade pesqueira, foi revogado, mudando a classificação da pesca como atividade.

**1. (2022)**

Assinale a opção que caracteriza acidente de trabalho.

- (A) Acidente em que o profissional tem mais de 15 dias de isenção de suas atividades profissionais.
- (B) Acidente em que ocorre uma queda dentro de um estabelecimento da empresa, mesmo que não leve a necessidade de atendimento médico.
- (C) Acidente no trajeto do trabalho para residência ou dentro do horário de trabalho, independente de comprovação de atendimento médico subsequente.
- (D) Lesão corporal ou perturbação funcional, ocorrida no exercício do trabalho ou a serviço da empresa, que cause redução da capacidade de trabalho.
- (E) Lesão corporal de qualquer natureza que tenha levado a concessão de benefício previdenciário.

**2. (2021)**

Um indivíduo é agredido com três disparos de arma de fogo, levado ao hospital e submetido a cirurgia, permanecendo sete dias internado na UTI e recebendo alta no 16º dia de internação.

Para que o perito conclua se houve perigo de vida, na avaliação das lesões é necessário:

- (A) analisar o prontuário médico;
- (B) verificar a presença de cicatriz cirúrgica;
- (C) verificar se houve sequelas decorrentes da agressão;
- (D) se fundamentar na oitiva da vítima durante o exame;
- (E) solicitar a presença do médico que o atendeu.

**3. (2021)**

As lesões traumáticas podem ser causadas por agentes externos ou pela própria pessoa lesada.

Nos casos de autolesão:

- (A) sua distribuição é simétrica nos dois lados do corpo;
- (B) caracteristicamente, todas têm o mesmo tempo de evolução desde a produção;
- (C) com maior frequência, são causadas por agente contundente;
- (D) têm profundidade e tamanho variados;
- (E) costumam ser vistas com direção paralela preferencial.



## Noções de Criminologia

### 1. (2024)

Na segunda metade do século XIX, o jurista alemão Franz von Liszt desenvolveu a chamada Ciência Total do Direito Penal (ou Ciência Conjunta do Direito Penal). Em relação ao tema, assinale a afirmativa incorreta.

- (A) A Criminologia, a Política Criminal e a Dogmática Jurídico-Penal são saberes que integram a Ciência Total do Direito Penal na acepção de von Liszt.
- (B) A Dogmática Jurídico-Penal é constituída pelo conjunto de normas e princípios referentes às leis penais e processuais penais.
- (C) A Política Criminal pressupõe a adoção de políticas públicas em vistas à redução da criminalidade e da violência.
- (D) A Criminologia é uma ciência que se notabiliza por empreender análise empírica e interdisciplinar sobre a questão criminal.
- (E) A Criminologia é uma ciência do campo do dever ser voltada à definição das condutas permitidas e das condutas desviantes.

### 2. (2024)

No tocante às escolas da Criminologia, assinale a afirmativa correta.

- (A) A Escola da Criminologia Positivista tem como objetos de estudo o crime, o criminoso, o controle social e a vítima.
- (B) A Escola da Criminologia Clássica tem como objeto de estudo o delito, compreendido como um ente jurídico.
- (C) A Escola da Criminologia Positivista tem como objeto de estudo os processos de criminalização.
- (D) A Escola da Criminologia Crítica tem como objeto de estudo o delinquente.
- (E) A Criminologia Radical tem enfoque exclusivamente na pessoa da vítima do delito.

### 3. (2024)

Relacione a Escola Criminológica com a afirmativa com ele compatível:

1- Escola Clássica

2- Escola Positivista

3- Escola de Chicago

( ) É fundada no livre-arbítrio, portanto o crime é fruto de uma decisão de seres racionais.

( ) Também chamada de ecologia criminal, é uma das mais importantes escolas do consenso da sociologia criminal.



## Lei Orgânica da Polícia Civil do Estado De Minas Gerais

### 1. (2022)

De acordo com o disposto art. 144, da Lei n.º 5.406/1969, são princípios básicos da disciplina policial, **EXCETO**:

- (A) Espírito de camaradagem e de cooperação, salvo quando de folga o servidor policial.
- (B) Obediência aos superiores.
- (C) Respeito às leis vigentes e às normas éticas.
- (D) Subordinação hierárquica.

### 2. (2022)

De acordo com o disposto art. 153, § 3º, da Lei n.º 5.406/1969, são circunstâncias agravantes, quando não constituírem ou qualificarem outra transgressão disciplinar, **EXCETO**:

- (A) Abuso de autoridade ou poder.
- (B) Mau comportamento anterior.
- (C) Relevância de serviços prestados.
- (D) Uso indevido de meios de coerção e intimidação.

### 3. (2021)

É penalidade disciplinar que **NÃO** se encontra prevista na Lei n. 5.406/1969:

- (A) Advertência.
- (B) Cassação de aposentadoria ou disponibilidade.
- (C) Demissão.
- (D) Suspensão.

### 4. (2021)

Quanto à penalidade de repreensão, prevista na Lei n.º 5.406/1969, é **INCORRETO** afirmar:

- (A) A pena de repreensão, em princípio, corresponderá às faltas de cumprimento de deveres.
- (B) A pena de repreensão, em princípio, corresponderá às transgressões disciplinares consideradas de natureza leve.
- (C) A penalidade de repreensão será aplicada por escrito.
- (D) O servidor policial punido com a penalidade de repreensão perderá todas as vantagens e direitos decorrentes do exercício do cargo.

**1. (2024)**

No que diz respeito à hermenêutica, em teoria, a aplicação de norma incriminadora para punir conduta não expressamente prevista em lei configura

- (A) interpretação extensiva, sendo juridicamente admissível.
- (B) interpretação assistemática, sendo juridicamente inadmissível.
- (C) analogia *in malam partem*, sendo juridicamente inadmissível.
- (D) interpretação declarativa, sendo juridicamente admissível.
- (E) interpretação analógica, sendo juridicamente inadmissível.

**2. (2024)**

No ano de 2020, durante a pandemia de Covid 19, após uma briga por prioridade na vacinação, Caio disparou três tiros com sua arma de fogo na direção de Tício, que foi atingido e levado ao hospital por transeuntes; entretanto, após ficar em coma induzido por 30 dias, Tício veio a falecer em decorrência dos ferimentos causados por Caio. No dia da briga, Caio tinha 17 anos, 11 meses e 26 dias de idade, enquanto Tício tinha 69 anos, 11 meses e 26 dias de idade.

Com base nos dados narrados, pode-se afirmar **corretamente** que

- (A) Caio tornou-se inimputável posteriormente e pode ser responsabilizado criminalmente, pois o Código Penal adota a teoria do resultado quanto ao tempo do crime.
- (B) Caio praticou o crime de homicídio extemporâneo, pois o Código Penal adota a teoria da ubiquidade quanto ao tempo do crime.
- (C) Caio é considerado inimputável quanto ao fato narrado, pois a legislação adota a teoria da atividade relativamente ao tempo do crime.
- (D) Caio tornou-se imputável posteriormente e pode ser responsabilizado pelo crime de homicídio, uma vez que o Código Penal adota a teoria da ultra-atividade quanto ao tempo do crime.
- (E) Caio é considerado retroativamente imputável, uma vez que o resultado consumou-se quando o mesmo já havia atingido a maioridade penal.

**3. (2024)**

No tocante às normas gerais do Direito Penal, analise as afirmações a seguir.

I. A pena cumprida no estrangeiro não atenua a pena imposta no Brasil pelo mesmo crime, quando diversas, ou nela é computada, quando idênticas.

II. Considera-se praticado o crime no momento da ação ou omissão, mesmo que outro seja o momento do resultado.

III. Ninguém pode ser punido por fato que lei posterior deixa de considerar crime, não cessando, porém, em virtude dela a execução e os efeitos penais da sentença condenatória.

Está correto o que se afirma em

**1. (2023)**

Murilo foi condenado a pena privativa de liberdade em regime semiaberto após ter roubado uma turista.

Segundo as disposições da Lei de Execuções Penais (LEP), ele:

- (A) deverá ser classificado pela Comissão Técnica de Classificação que é responsável por elaborar o seu programa individualizador;
- (B) deverá ser submetido a exame criminológico para a obtenção dos elementos necessários a uma adequada classificação e com vistas à individualização da execução;
- (C) poderá ser submetido a exame criminológico para a obtenção dos elementos necessários a uma adequada classificação e com vistas à individualização da execução;
- (D) será entrevistado pelo diretor, dois chefes de serviço, um psiquiatra, um psicólogo e um assistente social para confecção do exame criminológico;
- (E) será submetido à identificação do perfil genético, mediante extração de DNA por técnica adequada e indolor.

**2. (2023)**

O regime disciplinar diferenciado (RDD) aplicável à pessoa privada de liberdade foi instituído, em 2003, tendo por natureza a imposição de sanção disciplinar ou medida cautelar nas hipóteses previstas na Lei de Execuções Penais, providência adotada sob a perspectiva de garantia da segurança pública e institucional.

Com relação ao RDD, analise as afirmativas a seguir e assinale (V) para a verdadeira e (F) para a falsa.

( ) A inclusão em regime disciplinar diferenciado não acarreta a suspensão do direito de recebimento de visitas.

( ) O prazo de duração do regime disciplinar diferenciado terá duração máxima de 2 anos, somente podendo ser prorrogado em razão de cometimento de nova falta grave.

( ) A custódia em regime disciplinar diferenciado ensejará o recolhimento individual, sendo admitido o contato com outras pessoas privadas de liberdade.

As afirmativas são, respectivamente,

- (A) V — F — F.
- (B) V — V — F.
- (C) V — F — V.
- (D) F — V — V.
- (E) F — V — F.